

Sindsep-MT garante representantes na direção da Condsef



Pela primeira vez na história do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) quatro cargos na diretoria da Confederação dos Trabalhadores

no Serviço Público Federal (Condsef) foram ocupados por representantes dos órgãos de Mato Grosso. A posse ocorreu na sexta-feira, 14 de janeiro, em Brasília. **(Página 4)**

Contribuinte pede revisão de área do IPTU de Cuiabá e reduz imposto em mais de 70%

Depois de dois anos do pedido de revisão de área para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o empresário Jorge Mussauer Dias teve a resposta da Prefeitura de Cuiabá sobre o va-

lor cobrado e a descrição de área construída sobre seu imóvel. Nos carnês dos anos de 2009 e 2010 o valor do imposto, apresentado na primeira folha era de R\$ 451,75 e com a revisão, o valor pago foi de R\$

130,68, o que significa uma redução de 71% do total inicial. O pedido de revisão de área foi protocolado em 10 de março de 2009, no número 504008-4.

(Página 3)

Artigo

Ficha limpa na Saúde

(Página 2)

Novos Rumos

Leia artigo na **página 2**

Aviso importante! Recadastramento Geap

(Página 4)

Campanha Salarial 2011 tem eixos centrais definidos

(Página 2)

Sem diálogo com trabalhadores, governos Lula e Dilma aprovam medidas que ampliam desmonte público

(Página 4)

Novos Rumos

É com muito carinho que levo em minha bagagem mais de três anos que estive na comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT). Ficam na minha história os amigos que fiz e com quem eu ri, chorei e muito aprendi. Os servidores que aqui conheci têm, naturalmente, um espírito de liderança e vão sem medo para os embates e lutam pelos seus direitos. Vocês podem não perceber, mas isso é um grande diferencial para a democracia e para a cidadania.

Muitas pessoas preferem o aconchego do lar e a omissão a ter que enfrentar os poderes que nos cercam. O cidadão comum se acomodou naquela velha ideia "é assim mesmo, não adianta reclamar que não muda nada". Enquanto isso, os servidores federais de Mato Grosso sabem que estão na linha de frente com a população e que lutar, por mais sofrido que seja, é preciso.

Quero deixar meu agradecimento ao presidente Carlos Alberto de Almeida e aos queridos diretores. Em qualquer novo obstáculo que eu venha enfrentar ao longo de minha jornada, levarei a força de cada um e também as alegrias quando, juntos, vivemos muitas vitórias.

Deixo de coração partido o Sindsep-MT e também Mato Grosso, para construir em minha terra natal minha própria liberdade de expressão. Volto para o Rio com a ideia de consolidar minha página da internet e minha agência de comunicação. No mês de fevereiro já será possível acompanhar novas informações através do site: www.jornalista.com.br. Quero receber recados e notícias diretamente dos amigos dessa terra calorosa que por mais de cinco anos me acolheu. Foi



em Mato Grosso que percebi o mundo. Já vou com saudades, mas o Rio de Janeiro tem lá o Cristo de Redentor de braços abertos para os amigos que quiserem nos visitar.

Muito obrigada,

Thaís Raeli Mussauer
 Jornalista

Campanha Salarial 2011 tem eixos centrais definidos

Após eleição, a Direção Nacional da Condsef, eleita para o triênio 2011/2014, já definiu as primeiras diretrizes para 2011. Entre elas, foram definidos os eixos centrais da Campanha Salarial 2011 que serão defendidos pelos servidores da base da Confederação. Seis foram as principais bandeiras de luta listadas:

1) Nenhuma reforma que retire direitos dos trabalhadores; 2) Regulamentação da Negociação Coletiva; 3) Retomada da luta dos PL's 549, 248, 92; 4) Abertura imediata das negociações/Cumprimento memorial assinado entre SRH, Condsef e CUT; 5) Tratamento isonômico entre ativos, aposentados e pensio-

nistas; 6) Data base para servidores em 01/05.

Os diretores da Condsef também discutiram a criação de um grupo de trabalho (GT) para elaborar uma proposta de concepção de Estado. Em seguida deve ser realizado um seminário sobre o tema. Outro seminário que já tem data para acontecer é o de Planejamento Estratégica da Direção da Condsef.

Nos dias 11 e 12 de fevereiro a direção eleita no X Concondsef participa de debates que vão definir estratégias de ação e metas da Condsef para os próximos anos. O seminário acontece na CNTI, em Luziânia (GO).

Fonte: Condsef

Demonstração do Resultado		33.710.088/0001-94	
SIND. DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS DE MT		Período: 31/12/2010	
Receitas Brutas de vendas e/ou serviços		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
RECEITAS		TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	3.278,49
MIN PLANEJAMENTO	585,26	ENERGIA ELÉTRICA	554,49
EXERCITO	8.903,62	MANUTENÇÃO REDE ELÉTRICA	166,71
MIN EDUCAÇÃO (MEC)	48,85	DESPESAS COM CARTÓRIO	9,90
MIN AGRICULTURA	6.202,68	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	454,50
MIN FAZENDA	5.625,10	LANCHES E REFEIÇÕES	122,09
MIN JUSTIÇA	97,21	DESPESA C/ COMBUSTÍVEL	711,87
POLICIA FEDERAL	66,16	MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	487,00
MIN AERONÁUTICA	125,40	DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	45,00
MPAS/SAS	431,05	CORREIOS E POSTAGENS	2.279,85
MIN SAUDE	20.328,28	CÓPIAS E REPRODUÇÕES	237,00
MINISTÉRIO DO TRABALHO	4.071,52	VIAGENS E ESTÁDIAS	2.097,58
UFMT	602,42	MANUTENÇÃO PROVEDOR INTERNET	260,69
FUNAI	15.433,93	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.200,00
M M E	223,06	JORNAIS E REVISTAS	500,00
D N P M	97,89	CUSTAS PROCESSUAIS	209,00
FUNASA	25.241,46	KENTEL PLUS ALARME	195,00
A N V S	116,40	CONDSEF	750,00
D N I T	1.644,91	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	96,00
AGU	503,14	MENSALIDADE COPIADORA	300,00
IBAMA	2.670,58	CÓPIAS EXCESSO	252,80
MIN COMUNICAÇÕES	1.365,63	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	76,30
INCRA	16.815,42	JORNAL O COMPROMISSO	1.400,00
MIN TRANSPORTES	9.722,70	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.300,00
INSS	2.325,42	AJUDA DE CUSTO	1.835,10
MIN MARINHA	429,31	CUT NACIONAL	1.500,00
CONAB	2.864,98	BISA SIST AUTOMAÇÃO LTDA	1.700,00
D P R F	197,13	DESPESAS MANUTENÇÃO	60,00
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	285,87	CONFRATERNIZAÇÃO NATAL ÓRGÃOS	4.700,00
DEVOLUÇÃO DEPÓSITO	460,40	CONFRATERNIZAÇÃO DE NATAL	927,03
INSTITUTO CHICO MENDES	94,56	REUNIÃO DE DIRETORIA	4.639,66
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	326,83	CONDSEF GESTÃO ANTERIOR	200,00
VENDA VEÍCULO CLIO SINDSEP MT	17.000,00	ELEIÇÃO SINDSEP MT 2010	1.500,00
	144.907,17	FESTA POSSE E SERV PÚBLICO	509,70
		CONGRESSO CONDSEF	17.878,99
(=) Receita Líquida	144.907,17	CONAB SINOP AJUDA DE CUSTO	1.350,00
(=) Superávit Bruto	144.907,17	PROCESSO ELAINE ZANAVALLI	1.500,00
(-) Despesas Operacionais		MANUTENÇÃO EM GERAL	1.500,00
			59.784,75
DESPESAS TRABALHISTA		DESPESAS FINANCEIRAS	
SALÁRIOS	4.650,22	TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	36,00
13º SALÁRIO	14.154,47	TARIFAS BANCÁRIAS	71,00
FGTS	490,38	SAQUE CONTRA RECIBO	13,50
INSS	1.642,62		120,50
VALE TRANSPORTE	676,20	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	459,10	IRR - IMPOSTO DE RENDA FONTE	86,46
AJUDA ALIMENTAÇÃO	1.250,00		86,46
PARCELAMENTO INSS	1.497,48	(=) Superávit Operacional	48.175,69
ESTAGIÁRIA SETOR JURÍDICO	1.670,00	(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.175,69
AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	6.669,72		
AJUDA DE CUSTO DIRETORES	2.100,00		
GRATIFICAÇÃO COMMISSIONADA	1.400,00		
ANUÊNIO	79,58		
	20.192,57		
	36.739,77		
MARIA DE JESUS DA SILVA		CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	
CONTABILISTA		PRESIDENTE	
C.R.C. : MT-009536-0-4 / C.P.F. : 766.765.601-00		R.G. : 474000 SJ/MT / C.P.F. : 349.054.641-53	
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338			

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thaís Raeli - DRT 26 645/RJ

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

Fotos: Chico Venâncio

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC GERAL - DSEI-XAVANTE; EDSON LUIS DOS SANTOS - 1º TESOUREIRO - GRA; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 2º TESOUREIRO - SRTE; JOSÉ LUIS DA SILVA - 1º SEC. DE ADM. - MAPA; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE ADM. - SVS/ROO; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - PRF; JOSENICE AUX. TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MAPA; ARY CÉZAR NERIS - 1º SEC. FORM. SIND. - TRANS/ROO; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 2º SEC. FORM. SIND. - 9º BEC; IRACI OLIVEIRA FERREIRA - 1º SEC. INTERIOR - FUNAI; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 2º SEC. INTERIOR - SVS/CÁCERES; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES - 1º SEC. IMP. E COMUN. - GRA; ARCÍLIO DE BARROS FILHO - 2º SEC. IMP. E COMUN. - INCRA/CBÁ; IZABEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APOS. E PENSION. - TRANS/CBÁ; ENILDO GOMES - 2º SEC. APOS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; IDIO NEMÉZIO DE BARROS - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; SELMO JACINTO DE OLIVEIRA - 1º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; JOACIRA SANTANA RODRIGUES DE ALMEIDA - 2º SEC. ANIST. E DEDITIDOS - CONAB; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC. **SUPLENTE DE DIREÇÃO:** DONATO FERREIRA DA SILVA - DSEI/CBÁ; SAMUEL FERNANDES DE SOUZA - SVS/ROO; LUIZ EDUARDO DE FREITAS BUENO - SVS/ERS/CBÁ; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - INCRA; JOSÉ MARIA SILVA E ARRUDA - SVS/CBÁ; SEBASTIÃO PINTO DA SILVA - MIN. TRANSP/CÁCERES. **CONSELHO FISCAL TUTELAR:** JOÃO GALDINO DE SOUZA - ERS/CBÁ; JUAREZ JUSTINO DE BARROS - DSEI/CBÁ; MARIZE FRANCISCO DE ARRUDA - DNIT/CBÁ. **SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL:** GEOVANO SANTOS MOREIRA - SVS/NORTELÂNDIA; MOACIR MÓDULO - SVS/TANGARA; ANTONIO SANTANA DO ESPÍRITO SANTO - 9º BEC

Ficha limpa na Saúde



*Carlos Alberto de Almeida

Iniciamos em 2011 um novo ciclo político e renova-se a indicação de nomes para cargos de confiança. Como presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) e servidor da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) venho, junto com nossa diretoria, manifestar nosso empenho para que os órgãos federais não fiquem a mercê de políticos que engessam seu funcionamento com corrupção e usam os cargos como trampolim eleitoral. Direcionamos nosso olhar principalmente para o Ministério da Saúde, Funasa e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei's).

Nós, servidores concursados e sindicalistas, estamos atentos e combativos aos políticos fichas sujas que muito envergonham o nome da Funasa, que tem como trabalho fim o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população, sobre tudo a indígena. Não temos medos dos partidos que estão no estrelato do cenário nacional e nem dos velhos caciques de Mato Grosso.

Recentemente, o jornal Folha de São Paulo divulgou dados da Controladoria Geral da União (CGU) que estima que os desvios da Funasa cheguem em quase R\$ 500 milhões. Vamos combater essas ações e queremos gente que trabalhe e esteja qualificada para gerir uma plataforma que está na frente do saneamento básico e da saúde de nosso povo.

Não dá para acreditar, mas é assim que a Funasa vem sendo maculada. O órgão está sob comando do PMDB desde 2005 e é o principal alvo do partido na guerra por cargos no segundo escalão do governo Dilma. Segundo levantamento feito pela Folha mostra que a CGU pediu a devolução de R\$ 488,5 milhões aos cofres da Funasa entre 2007 e 2010. O prejuízo ainda deve subir após novos cálculos do TCU (Tribunal de Contas da União), que atualiza os valores ao julgar cada processo.

De acordo com os relatórios, o dinheiro teria sumido entre convênios irregulares, contratações viciadas e repasses a Estados e prefeituras sem a prestação de contas exigida por lei. A pesquisa somou as quantias cobradas em 948 tomadas de contas especiais instauradas nos últimos quatro anos. As investigações começaram no Ministério da Saúde, ao qual a Funasa é subordinada, e foram referendadas pela CGU.

O volume de irregularidades que se repetem atrasa a tentativa de recuperar o dinheiro, e os processos não têm prazo para ser julgados pelos ministros do TCU. Além das auditorias, balanço feito pela controladoria a pedido da reportagem aponta a existência de 62 processos simultâneos contra a direção da Funasa.

Por esse volume nacional e pelas irregularidades que conhecemos em nossas terras mato-grossenses, vamos ser vigilantes e cobrar que a Funasa tenha a legitimidade e autonomia para que não seja uma instituição "laranja" desses desvios que afrontam a população.

*Carlos Alberto de Almeida é presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT)

Contribuinte pede revisão de área do IPTU de Cuiabá e reduz imposto em mais de 70%

Thaís Raeli
Da Redação

Depois de dois anos do pedido de revisão de área para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o empresário Jorge Mussauer Dias teve a resposta da Prefeitura de Cuiabá sobre o valor cobrado e a descrição de área construída sobre seu imóvel. Nos carnês dos anos de 2009 e 2010 o valor do imposto, apresentado na primeira folha era de R\$ 451,75 e com a revisão, o valor pago foi de R\$ 130,68, o que significa uma redução de 71% do total inicial. O pedido de revisão de área foi protocolado em 10 de março de 2009, no número 504008-4.

A cobrança é referente a uma casa no condomínio Villa Di Capri, no bairro Despraçado, onde existem mais de cem famílias no mesmo residencial. Outros moradores não se animaram em pedir para que fosse revista a área de 254,22 m² que constava no documento, sendo que a área de construção de cada casa não ultrapassa os 160 m².

No despacho entregue ao morador no último dia 21 de janeiro, ficou também acertado que a revisão de área valeria para o ano de 2011 e que poderia ser revisado o valor logo após a entrega no novo carnê. No final de 2010, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, abraçou a luta do vereador Lúdio Cabral (PT) sobre o aumento abusivo do IPTU de Cuiabá e,

com outros representantes de entidades sindicais, foi consolidado o "Fórum de Combate ao Aumento do IPTU".

O movimento de iniciativa popular, que recolheu quase 12 mil assinaturas para um abaixo-assinado contra esse aumento, fez com que o prefeito Chico Galindo (PTB) reduzisse a cobrança e concedesse um "desconto" de 30%. Ou seja, ao invés de aplicar 100% do valor venal, atualizado pela Prefeitura de Cuiabá, por meio de estudo técnico de diversas entidades, o imposto será feito com base em 70% da atualização, o que reflete diretamente no que o proprietário do imóvel pagará.

Na prática, a ação de Galindo irá aumentar, em média, 97% do IPTU. Anteriormente, a média de aumento estava prevista em 230%. Para o vereador Lúdio, o recuo do prefeito é um sinal da pressão exercida pelo povo, que, por meio da lei de iniciativa popular, está colhendo assinaturas para barrar, na totalidade, o reajuste.

Para Carlos Alberto, é importante que o contribuinte esteja atento aos detalhes sobre a cobrança do

imposto, já que neste caso a revisão de área apresentou uma redução significativa do valor. "Isso significa que a Prefeitura, além de impor o aumento, não tem controle sobre o que é cobrado e faz com que os cidadãos paguem um valor maior, além de não ter a resposta dessa arrecadação nos serviços prestados pela gestão municipal", disse o presidente.

O que muda

Mesmo com o "desconto" de 30% direto no valor venal do imóvel, o prefeito Chico Galindo anun-

ciou que, em alguns casos, haverá descontos de até 20%, refletindo em uma economia de 50%.

De acordo com as regras, aqueles que pagarem a parcela única e não estiverem com débitos anteriores, o desconto do imposto será de 20%, e os inadimplentes, terão desconto de 10%. Quem pagar parcelado e não tiver inadimplências anteriores, poderá ter 5% de desconto. Contribuintes em débito que quiserem pagar parcelado não terão desconto.

A partir de janeiro, o IPTU deve chegar à residência dos cuiabanos.

Planta Genérica

A atualização da planta genérica da Capital não era feita desde 1997. Com o reajuste, a Prefeitura Municipal estimava arrecadar R\$ 153,1 milhões com no ano que vem. O montante é 227,65% superior ao que foi tributado neste ano - R\$ 46,7 milhões.

De acordo com declarações de Galindo, hoje, o IPTU tem uma arrecadação de R\$ 25 milhões, valor que estaria pagando apenas a coleta de lixo de Cuiabá.

(Com informações do site Mídia News)

BANCO REAL		Banco		Agência / Código do Cliente	
ABN AMRO		356-9		0113/8731987-6	
Identificação do Contribuinte	400610	JORGE MUSSAUER DIAS	CLARINDO EPIFANIO DA SILVA, 1015 CASA 9 Q 1	RIBEIRAO DO LIPA - CUIABA/MT 78000000	Inscrição: 01.8.42.013.0150.009
Divisão (e)	18366475/99				
Código	001	IMP.PREDIAL (10)			Valor 156,82
Observações	Guia emitida com desconto conforme Processo 504008-4 de 10/03/2009 Data Correção: 10/03/2010				Sub-Total: 156,82
					Atualização: 0,00
					Multa: 0,00
					Juros: 0,00
					Descontos: 39,21
					Honorários: 0,00
					Emolumentos: 13,07
					Total a Recolher: 130,88

Cuiabá		PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ		NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO IPTU 2009	
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - COORDENADORIA DE IPTU <td colspan="2">SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS <td colspan="2">INSCRIÇÃO CADASTRAL 01.8.42.013.0150.009 </td></td>		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS <td colspan="2">INSCRIÇÃO CADASTRAL 01.8.42.013.0150.009 </td>		INSCRIÇÃO CADASTRAL 01.8.42.013.0150.009	
CONTRIBUINTE	PLAENGE EMPREENDIMENTOS LTDA	CPF / CNPJ	78638061000338		
COMPROSSÁRIO	PLAENGE EMPREENDIMENTOS LTDA	ENDEREÇO DO IMÓVEL	RUA CLARINDO EPIFANIO DA SILVA 1015	CASA 9 Q 1 DESPRAÇADO	
ÁREA DO TERRENO (M ²)	475,79	ÁREA DA UNIDADE (M ²)	254,22	ÁREA CONSTRUIDA (M ²) 254,22	
TESTADA PRINCIPAL (ML)	22,52	PADRÃO DE RUA	048	VALOR VENAL DO IMÓVEL (R\$) 112.936,57	
ALÍQUOTA	0,4	BASE DE CÁLCULO (R\$)	112.936,57	VALOR DO IMPOSTO (R\$) 451,75	
PARCELA ÚNICA			PAGAMENTO PARCELADO		
VENCIMENTO:	10/03/2009	VENCIMENTO:	VALOR (R\$):	VENCIMENTO:	VALOR (R\$):
DESCONTO:	25%	10/03/2009	79,68	10/06/2009	67,76
VALOR DO IMPOSTO COM DESCONTO (R\$):	338,81	13/04/2009	67,76	10/07/2009	67,76
VALOR TOTAL COM EMOLUMENTO (R\$):	350,73	11/05/2009	67,76	10/08/2009	67,76

Documento referente ao imposto de 2009, ainda no nome da empresa Plaenge Empreendimentos

Presidente do Sindsep-MT é impedido de entrar na Funasa

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, recebeu na manhã de quarta-feira, 26 de janeiro, a notícia de que ele estaria

impedido pela superintendência local da Funasa de realizar reuniões com os servidores. A informação foi passada pela equipe de segurança em nome do superintendente regional da Funasa em Mato

Grosso, Francisco Hlanildo Silva Lima.

Carlos atribui a ação ao fato de que o Sindsep-MT é combativo nos desmandes da Pasta. "Não podemos aceitar que essa ação nos impeça de discutir o futuro da

nossa instituição. O que incomodou foi o fato de que estamos debatendo sobre os novos rumos e os tantos escândalos de corrupção que denigrem a imagem do órgão e de seus trabalhadores", disse o presidente.

Carlos também destaca que essa situação prova o desinteresse do superintendente com seus servidores, pois problemas maiores envolvem a Funasa, como a falta de novas contratações e a sobrecarga de trabalho.

Sindsep-MT garante representantes na direção da Condsef

Pela primeira vez na história do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) quatro cargos na diretoria da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) foram ocupados por representantes dos órgãos de Mato Grosso. A posse ocorreu na sexta-feira, 14 de janeiro, em Brasília.

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida está como suplente na Direção Nacional, enquanto Ivete Vicentina Amorim representa o Ministério do Trabalho e Emprego (DEMI-TRE), Marinézio Soares de Magalhães no Ministério da



Fazenda (DENFA), - ambos como suplentes, e Idivaldo Bernardes de Oliveira é titular no Departamento de Segurança e Advocacia Pública (DESAP).

A eleição da nova diretoria para o triênio 2011/2014 ocorreu no X Concondsef, maior congresso da história da Confederação. Os diretores já iniciaram a discussão das demandas que serão en-

caminhadas ao longo de 2011 e debateram detalhes para o lançamento da Campanha Salarial 2011. Todos os esforços serão feitos em busca da consolidação de reivindicações já negociadas e acordadas com o governo anterior. A Condsef trabalha pelo atendimento de demandas e bandeiras de luta levantadas durante o X Concondsef. Mobilizações, atividades e muita pressão em busca de melhores condições de trabalho e serviços públicos de qualidade para a população estão na pauta da entidade para 2011V.

Para o presidente do Sindsep-MT, é importante ocupar os espaços para que Mato Grosso fortaleça sua

base de lutas e possa ter visibilidade nacional em meio as demandas dos seus servidores. "É um momento muito importante que mostra que o Sindsep-MT se fortaleceu. Temos representatividade na CUT e nossa direção foi reeleita, isso significa que nossa aceitação vem da base dos trabalhadores e com reflexo nas entidades de classe", disse Carlos.

CUT

O Sindsep-MT ocupa, desde 2009, cinco cargos na Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT-MT) referente ao triênio 2009-2012. O grupo faz parte da Executiva Estadual, ocupando duas secretarias da

Executiva, dois cargos de diretoria e também o Conselho Fiscal. O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, é o secretário de organização de política sindical. Além dele, Eliete Domingos da Costa ocupa o cargo na Secretaria da Mulher Trabalhadora. Na diretoria estadual estão Marinézio Soares de Magalhães e Damásio de Sousa Pereira. No Conselho Fiscal, Enildo Gomes foi o eleito.

Reeleição

A chapa Independente, de luta e democrático!, encabeçada pelo atual presidente Carlos Alberto de Almeida foi reeleita em setembro de 2010 por mais

três anos à frente do Sindicato. A diretoria reeleita adotou alguns fatores diferenciais desde que assumiram. O departamento jurídico tem se destacado nos processos em prol dos servidores e até emplacou a briga contra a tributação do Pis e do Confins da conta de energia. Além disso, mecanismos de transparência como o site e um jornal mensal, são o elo entre servidores e têm disponível as prestações de contas. Eventos periódicos e participação de atos junto a CUT e a Condsef no Distrito Federal ou em outros Estados também destacaram Mato Grosso na luta da categoria.

Sem diálogo com trabalhadores, governos Lula e Dilma aprovam medidas que ampliam desmonte público

A publicação de decretos e medidas provisórias sem qualquer discussão ou diálogo com servidores tem deixado apreensivos aqueles que atuam na administração pública. Ao contrário de sua vocação trabalhista, os governos Lula e Dilma vêm aprovando propostas que colocam em risco e tornam vulneráveis os já frágeis serviços prestados à população brasileira; previstos na Constituição como deveres do Estado. A Condsef aponta três exemplos recentes que tem deixado servidores inconformados e colocam em risco a reestruturação tão necessária no setor. Dois decretos (7.395/10 e 7.430/11) e uma MP (520/10) estão sendo consideradas verdadeiras afrontas à administração pública. Sem qualquer chance para reação ou debate a simples assinatura desses projetos promove um verdadeiro rolo compressor e promete enterrar o que resta para salvar no serviço público. Confira a seguir os detalhes de medidas que ampliam o desmonte público. Para combater esses e outros males a Condsef defende a mobilização e unidade de todos numa reação forte e imediata.

Nos últimos dias de 2010, pouco antes de deixar seu mandato, o presidente Lula deixou aprovadas duas propostas que só foram ser conhecidas pelos servidores federais depois que já não havia tempo para negociações. O decreto 7.395/10 foi um deles. O projeto estabeleceu remuneração diferenciada para contratações temporárias na recém criada Secretaria da Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde. Para a Condsef não resta dúvida de que o decreto é uma falta de respeito a servidores efetivos que tem dedicados até 35 anos de trabalho à administração pública.

Numa só canetada foi aprovada tabela diferenciada para trabalhadores temporários que entram no setor público realizando as mesmas funções de servidores experientes com uma diferença: recebem até três vezes mais que funcionários de carreira. O problema não se limita a esta nova secretaria e se espalha por diversos setores da administração pública. No final de 2009 os servidores da Funai experimentaram a mesma situação desfavorável quando foi publicado decreto que extinguiu diversos cargos e promoveu um verdadeiro desmonte. Índios

contrários ao projeto chegaram a realizar manifestações intensas, inclusive acamparam por diversos meses em frente ao Ministério da Justiça para que o decreto fosse revogado.

Distorções se multiplicam

- Além da aprovação de tabelas diferenciadas para trabalhadores temporários há ainda o problema recorrente das terceirizações. O governo tem priorizado o cumprimento de acordo assinado com Ministério Público que garante a substituição de todos os terceirizados por servidores concursados. Em muitos órgãos o problema permanece. Na Ciência e Tecnologia, por exemplo, há servidores que aguardam convocação e seguem esperando a lei ser cumprida para assumir cargos concursados. O problema reforça o tratamento discriminatório ao conjunto dos trabalhadores que mantém o setor público funcionando.

Outra que reforça as distorções é a Lei 12.277/10. A lei criou tabelas salariais diferenciadas apenas para cinco cargos de nível superior da administração pública: engenheiros, arquitetos, economistas, estatísticos e geólogos. Foram atendidos cerca de 2 mil servidores. Ficaram de fora mais de 88 mil que também possuem nível superior, passaram pelos mesmos concursos, executam funções semelhantes na administração pública, mas passaram a receber a metade dos contemplados com a nova tabela remuneratória. O próprio Ministério do Planejamento chegou a informar que promoveria a equalização dessas tabelas, situação que permanece pendente e prejudicando os servidores. Tal pendência consta do memorial assinado entre Condsef, CUT e SRH. A entidade solicitou, inclusive, audiência com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para buscar solução para este e mais outros 30 itens pendentes em negociações realizadas nos últimos anos.

Rejeitado, PL 92 passa como MP 520 - No último dia de 2010, em 31 de dezembro, o governo Lula publicou o que promete ser uma das mais catastróficas medidas provisórias dos últimos tempos. A MP 520/10 criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EB-SERH). A empresa vai trabalhar sob forma de sociedade anônima com personalidade jurídica

de direito privado. No apagar das luzes de 2010 o governo Lula deu um jeito, portanto, de aprovar uma proposta nos moldes do Projeto de Lei (PL) 92, fortemente combatido por entidades de classe e toda a sociedade. O PL propunha a criação de empresas estatais de direito privado. A MP 520 parece ser ainda mais perversa e permite contratos temporários, dispensa licitações e contratações por concurso público. Isto mexe com toda a estrutura de saúde pública. Além de burlar a lei a MP 520 discrimina trabalhadores que lutam há muito tempo por melhores condições de trabalho, remuneração digna e melhoria do atendimento à saúde da população.

Dilma segue promovendo desmonte - As últimas ações do governo Lula parece não ter sido suficientes e logo no início do ano, no dia 17 de janeiro, novamente sem diálogo com entidades e trabalhadores, o governo Dilma publicou o decreto 7.430/11. Com ele o Arquivo Nacional foi transferido da estrutura da Casa Civil para o Ministério da Justiça. Nenhuma justificativa para os motivos da ação foi dada aos trabalhadores do órgão. A ação autoritária deixou servidores indignados.

Somadas, as ações estão promovendo uma onda de desconfiança dos servidores do Executivo Federal com seu futuro institucional. As mudanças seguem o mesmo padrão e acontecem de forma intempestiva, sem diálogo e trazendo problemas para as estruturas já frágeis do serviço público. Para enfrentar esse cenário desfavorável a Condsef reforça que só a unidade e forte pressão de todos os servidores do Executivo poderão alterar este quadro.

A reação precisa ser imediata se os servidores não quiserem ver o governo desmontar o setor público com meras canetadas implantando no Brasil uma política derrotada nas urnas. O que os brasileiros esperam é que o atendimento público funcione. Essas ações promovidas pelo governo vão na contramão deste objetivo. É preciso urgentemente exigir que o Estado cumpra seu papel e promova a melhoria dos serviços públicos e não seu desmonte completo. *Fonte: Condsef*

Aviso importante! Recadastramento Geap

A Condsef orienta suas entidades filiadas a divulgar a carta enviada pela Geap (veja abaixo) que fala sobre o afastamento dos agregados de Planos de Saúde por falta de recadastramento. Pais e padrastos que estiverem na situação prevista pela Geap devem providenciar o recadastramento para evitarem transtornos com possíveis cortes de plano.

Nesta sexta-feira a nova direção e coordenadores dos departamentos da Condsef tomam posse no Clube dos Previdenciários. O evento acontece às 20 horas.



DIRETORIA EXECUTIVA

CARTA/GEAP/DIREX/Nº 022/11

Brasília, 06 de janeiro de 2011.

À
 DIRETORIA NACIONAL
 Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF

Prezados Senhores,

Cumprimentando-os cordialmente, utilizamo-nos desta para comunicar que o Ministério da Saúde (MS) solicitou à GEAP o cancelamento de 10.018 (dez mil e dezoito) beneficiários inscritos na condição de pais/mães/padrastos/madrastas dos titulares que não atenderam ao chamado para recadastrarem seus dependentes junto ao setor de recursos humanos do referido Ministério.

2. A respeito do assunto, cumpre-nos esclarecer que o Convênio celebrado entre Ministério da Saúde e a GEAP está em conformidade com o que prevê a Portaria Normativa/MP/SRH/Nº 05, de 11 de outubro de 2010, onde estabelece que a Patrocinadora enviará à GEAP lista nominal de todos os beneficiários excluídos da cobertura financeira, conforme cronograma estabelecido, sendo que a exclusão dos beneficiários ocorrerá no 1º dia do mês subsequente à informação, senão vejamos:

Portaria Normativa/MP/SRH/Nº 05

Art. 8º Caberá aos órgãos e entidades do SIPEC encaminhar à operadora conveniada ou contratada as solicitações de inscrição, adesão, exclusão e suspensão dos servidores ativos, inativos e pensionistas. (grifo nosso)

(...)

§ 2º A comunicação de inscrição, de exclusão ou suspensão de beneficiário no plano de assistência à saúde será efetivada em conformidade com o cronograma estabelecido no convênio, contrato, regulamento ou estatuto do serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade, sendo a data considerada no cronograma o marco para fins de início da cobertura assistencial e contagem dos períodos de carência. (grifo nosso)

GEAP - Fundação de Seguridade Social
 Centro Empresarial Terraço Shopping, Torre "B", 3º andar - Octogonal Sul - Brasília - DF
 70660-900 - Fone: (61) 2103-4602 / 2103-4604 - Fax: (61) 3234-8250

GEAP - Fundação de Seguridade Social
 Protocolo nº 1057937